

Ata da 20ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – CGSGIB.

1 No vigésimo dia do mês de novembro do ano de dois mil e doze, às quatorze horas e
2 vinte minutos, no Setor de Grandes Áreas Norte, módulo F, bloco A, segundo andar, sala
3 duzentos e quatro, Edifício Celso Furtado, do Ministério da Integração Nacional em
4 Brasília - Distrito Federal, o Conselho Gestor do Sistema de Gestão do Projeto de
5 Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional se
6 reuniu com a presença dos Conselheiros: José Luiz de Souza (MI/SIH) – Coordenador-
7 substituto, Renato Dalla Lana (MME/SEE), Júlio Thadeu Silva Kettelhut (MMA/SRHU),
8 José Cruz Filho (Casa Civil/PR), João Azevedo Lins Filho (Estado da Paraíba) e demais
9 participantes conforme lista de presença anexa. Após constatar a existência de *quorum*
10 regimental, o Coordenador da reunião, **José Luiz de Souza** deu início à reunião e
11 colocou em discussão a ata da 19ª reunião ordinária que após acolher sugestão quanto ao
12 formato, foi aprovada e assinada pelos conselheiros presentes. Em seguida foi concedida
13 a palavra ao senhor **Wibys Oliveira** da Coordenação Geral de Obras Civas do Ministério
14 da Integração (CGOC/MI), que falou sobre a situação e estágio das obras do PISF por
15 lotes e metas. Wibys descreveu todas as metas do projeto e mostrou como se encontram
16 as obras, mobilização de mão de obra, as dificuldades gerais e os avanços contratuais de
17 acordo com as metas para os dois eixos. Na sequência, foi concedida a palavra ao senhor
18 **Alexandre Carvalho**, também da CGOC/MI, que falou sobre os estudos realizados
19 referentes ao Túnel Monteiro (Eixo Leste) durante a elaboração do Projeto Executivo.
20 Alexandre esclareceu que a alternativa anterior (inclusão de mais uma estação de
21 bombeamento) foi reanalisada e chegou-se à conclusão que seria mais econômico optar
22 pela alternativa 5, que consiste em uma pequena mudança no traçado original, porém a
23 água será transportada por gravidade até o município de Monteiro, na Paraíba. **João**
24 **Azevedo Filho**, representante da Paraíba, lembrou que é necessário um empenho maior
25 do governo federal com vistas a implantar esgotamento sanitário na cidade de Monteiro
26 (PB), tendo em vista que se corre o risco desta água do PISF chegar até o ponto de
27 deságue juntando-se com o lançamento de esgoto sem o devido tratamento, como ocorre
28 atualmente. **Davi Borges Marwell** da CGPA/MI esclareceu que essa demanda está sob a
29 responsabilidade da FUNASA e que os projetos deveriam ser enviados para a Fundação.
30 O conselheiro da Paraíba manifestou preocupação quanto à implantação de esgotamento
31 sanitário nos municípios seccionados pelo PISF. Em seu Estado, informou que foram
32 elaborados 51 projetos, mas entre os selecionados pela FUNASA não consta Monteiro,
33 pois a Fundação priorizou a implantação em outros 11 municípios, sem ouvir o Estado
34 nem tampouco observar as prioridades do PISF. João Azevedo recomendou que o
35 Ministério da Integração abra uma discussão sobre o tema, pois a FUNASA trata direto
36 com os municípios e solicitou que se faça um quadro demonstrativo sobre a situação
37 para cada município descrevendo os projetos e listando os problemas. O conselheiro
38 reiterou a sugestão de inserir no sítio da internet do MI um *link* com os documentos e
39 apresentações sobre o PISF e finalizou dizendo que é necessário que a água se faça o
40 elemento de desenvolvimento mais importante na região, pois a obra é o menos

41 importante, a gestão é o mais difícil desde sua elaboração e concepção. Na sequência, os
42 presentes fizeram alguns questionamentos quanto ao andamento da obra do PISF bem
43 como a alternativa apresentada para o Túnel Monteiro, sendo todos os pontos
44 esclarecidos pelos técnicos da CGOC/MI presentes. **Luiz Paulo de Oliveira** da SDR/MI
45 lembrou que está sendo elaborado o Plano de Desenvolvimento para a área de
46 abrangência do PISF. O coordenador da reunião, **José Luiz de Souza**, esclareceu que
47 quando houver a decisão final sobre o Túnel Monteiro, este tema retornará para
48 conhecimento e manifestação deste Conselho Gestor. Prosseguindo no próximo ponto da
49 pauta, o coordenador da reunião falou a respeito da situação atual para a definição da
50 Operadora Federal. Informou que foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria n.º
51 603 de 20 de novembro de 2012 que designa a Companhia de Desenvolvimento dos
52 Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf, para exercer as funções de Operadora
53 Federal no Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias
54 Hidrográficas do Nordeste Setentrional – SGIB e adiantou que isto não é suficiente e
55 requer mais robustez jurídica para a sustentabilidade do Sistema, na fase de operação
56 comercial. O conselheiro **Júlio Thadeu Kettelhut** elogiou a iniciativa do Ministério em
57 adiantar a questão da operadora e acredita que a Codevasf pode desempenhar esta pré-
58 operação de maneira satisfatória e eficaz. O convidado **Rogério Vieira**, da Confederação
59 Nacional de Indústrias, se colocou à disposição, agradeceu o convite para participar das
60 reuniões deste Conselho e lembrou que é necessário dotar a Codevasf de investimentos e
61 estrutura específica para o PISF, inclusive reforçando seu quadro de pessoal. O
62 conselheiro **José Cruz Filho** lembrou do estudo que está sendo desenvolvido pela
63 Fundação Getúlio Vargas contratado pela ANA e solicitou uma apresentação para este
64 Conselho assim que o trabalho estiver concluído. O convidado da ANA, **Francisco**
65 **Viana**, falou do trabalho da Fundação Getúlio Vargas e esclareceu que não é para definir
66 a tarifa. Tratou apenas de conhecer os custos e há neste estudo a indicação clara de
67 absorção destes pelos usuários e que ao ser concluído será apresentado neste Conselho.
68 Como último ponto de pauta, passou-se à discussão da estratégia para atender a
69 condicionante do Termo de Compromisso firmado entre a União e os Estados Receptores
70 referente à delegação e manutenção dos açudes interligados ao PISF. **José Luiz** informou
71 que foi elaborado o Termo de Referência de contratação dos estudos para recuperar os
72 açudes com vistas à futura delegação. Todos esses estudos e Termo de Referência foram
73 repassados, em setembro próximo passado, ao DNOCS, para que viabilize o processo
74 licitatório com o lançamento do edital e contratação dos serviços em 21 açudes que
75 fazem parte da área de influência do PISF, são eles Acauã, Epitácio Pessoa (Boqueirão),
76 Poções, Lagoa do Arroz, São Gonçalo, Sistema Curemas-Mãe D'água na Paraíba; Barra
77 do Juá, Chapéu e Entremontes em Pernambuco; Atalho, Banabuiú, Castanhão, Lima
78 Campos, Orós, Prazeres e Quixabinha no Ceará; Anjicos (Arapuá), Armando Ribeiro
79 Gonçalves, Pau dos Ferros e Santa Cruz do Apodi no Rio Grande do Norte. Ressalte-se
80 que os trabalhos de recuperação no reservatório de Engenheiro Ávidos (PB) estão sendo
81 realizados pelo próprio Estado, por meio de convênio com o MI, e no reservatório de
82 Poço da Cruz (PE), pelo DNOCS, por meio de repasse de recursos pelo MI. O
83 conselheiro **João Azevedo Filho** disponibilizou a todos o Acordo de Cooperação

84 assinado pelo Estado da Paraíba que servirá de base para o Ministério da Integração na
85 elaboração de outro Acordo de Cooperação com os quatro Estados visando definir
86 atribuições de cada ente (União, Estados e Operadora Federal) no tocante à operação e
87 manutenção dos reservatórios que se interligarão ao PISF. O conselheiro **Gilberto Jalles**,
88 representando o Estado do Rio Grande do Norte, informou sobre projetos de leis em
89 trâmite na Assembleia Legislativa, sobre a gestão de recursos hídricos. Atendidos e
90 cumpridos os pontos de pauta e não havendo mais manifestações, o Coordenador da
91 reunião agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Nada mais havendo a tratar,
92 foi lavrada a presente ata que, aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes nesta
93 data de 19 de setembro do ano de 2013.

Francisco José Coelho Teixeira – Titular
Ministério da Integração Nacional

Leonardo Nunes Rego – Titular
Estado do Rio Grande do Norte

José Luiz de Souza – Suplente
Ministério da Integração Nacional

Elias Alves Teixeira - Suplente
Estado do Rio Grande do Norte

Renato Dalla Lana – Titular
Ministério de Minas e Energia

César Augusto Pinheiro – Titular
Estado do Ceará

Guilherme Silva de Godói – Suplente
Ministério de Minas e Energia

Francisco Rennys Aguiar Frota – Suplente
Estado do Ceará

Julio Thadeu Silva Kettelhut – Titular
Ministério do Meio Ambiente

João Azevedo Lins Filho – Titular
Estado da Paraíba

Francisco Carneiro B. Campello – Suplente
Ministério do Meio Ambiente

Guarany Marques Viana - Suplente
Estado da Paraíba

José Cruz Filho – Titular
Casa Civil da Presidência da República

José Almir Cirilo – Titular
Estado de Pernambuco

Erico Leonardo Ribas Feltrin – Suplente
Casa Civil da Presidência da República

Marcelo Cauás Asfora - Suplente
Estado de Pernambuco